



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XII**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ALINE COSTA DA CRUZ**

**A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NEGRO NAS PRÁTICAS CORPORAIS  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: um estudo das  
práticas pedagógicas de professores/as a partir de uma revisão bibliográfica**

**GUANAMBI**

**2025**

ALINE COSTA DA CRUZ

**A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NEGRO NAS PRÁTICAS CORPORAIS  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: um estudo das  
práticas pedagógicas de professores/as a partir de uma revisão bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade do Estado da Bahia – Departamento de  
Educação Campus XII, Curso de Licenciatura em  
Educação Física como requisito parcial do componente  
curricular Seminário de Pesquisa II.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos dos Santos  
Carvalho

GUANAMBI

2025

Dedico este trabalho à minha mãe, Arenívia, e ao meu pai, Nelson, que, mesmo sem concluírem o Ensino Fundamental II, jamais mediram esforços para que sua filha alcançasse o Ensino Superior. Dedico, ainda, aos meus irmãos Edenilson, Edilson, Ediclebson e Nielton, meu porto seguro ao longo desses anos, fonte inesgotável de força e inspiração. À minha avó Isabel, que abençoava cada partida e esperava com ternura cada retorno; ela, que não aprendeu a ler o mundo pelas letras, mas pela sabedoria da vida, e que agora verá sua neta tornar-se professora.

## AGRADECIMENTOS

Entrega ao Senhor as tuas obras, e os teus planos serão bem-sucedidos (Provérbios 16:3). Agradeço primeiramente a Deus por esta realização de um sonho. O agir d'Ele esteve presente em todo o meu processo de graduação; nos momentos de alegria, nos dias difíceis, nas noites sem dormir, nas aflições e angústias. Ele foi o meu consolo. A Ti, Senhor, entrego esta vitória, assim como todas as outras, pois sei que minha fé me sustentou até aqui e será com ela que alcançarei todos os demais sonhos.

Minha mãe, Arenívia, jamais poderia deixar de ser mencionada. Nela encontrei forças e coragem para seguir esse sonho. A ela devo a vida e a honrarei até meu último dia aqui na Terra. Obrigada, mãe, por me fazer chegar até aqui; sem tua bênção e proteção, nada teria sido possível. Ao meu pai, Nelson, que todas as vezes em que eu voltava de casa acordava às 4h30, preparava meu café e, sob sol ou chuva, me levava ao ponto de ônibus sem nunca reclamar; e sempre que necessário deixava tudo de lado para me buscar. O homem da minha vida, que faz tudo o que está ao seu alcance por mim.

Meus irmãos Edenilson, Edilson, Ediclebson e Nielton, sempre foram minha fonte de inspiração, exemplo de vida, infelizmente não tiveram as mesmas oportunidades que eu, tiveram que sair cedo de casa para trabalhar, mas se hoje consegui chegar até aqui foi graças a toda ajuda e incentivo que recebi de cada um deles. Obrigada irmãos por transformarem minha realidade e me darem a oportunidade de estudar.

Durante a graduação, ganhei mais um irmão, e ele não poderia deixar de ser citado: Ronei Lobato. Minha eterna gratidão por sua parceria, lealdade e cumplicidade. Quando eu conseguia ser apenas 1%, ele era 99% e vice-versa. Tornou o processo mais leve. Não encontrei apenas um colega de faculdade, mas um amigo que levarei comigo por toda a vida. Minhas amigas Rozângela, Emily, Aline Guedes e Fabiana que dividiram comigo não somente a casa, mas vida e que juntas partilhamos momentos incríveis.

Agradeço a todos os meus professores pelo conhecimento compartilhado, pelas trocas acadêmicas, pela confiança depositada e pelo incentivo constante para alcançar novos horizontes. Exemplo disso é o prof. Dr. Marlon Messias, que sempre me motivou a participar de eventos e apresentar trabalhos, que me deu oportunidades em monitorias de ensino. Sempre solícito e sorridente, distribuindo apertos de mão e abraços pelos corredores da UNEB. À profa. Dra. Fausta Porto, a quem carinhosamente chamo de "Faustinha", que, ainda no primeiro semestre da graduação, tornou-se um espelho de inspiração. Minha gratidão a todos os docentes. E ao meu orientador, prof. Dr. Sebastião Carvalho, agradeço por toda ajuda

na construção desse trabalho e na realização deste sonho. Sem você, isso não teria sido possível.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos que fizeram parte dessa jornada, de forma direta ou indireta, inclusive aos motoristas da JMA Transporte e Turismo, que durante todos esses anos garantiram minha ida e retorno em segurança.

## RESUMO

Este trabalho analisou como o corpo negro é representado nas práticas corporais da Educação Física na Educação Infantil, entendendo a infância como etapa essencial para a formação da identidade e da autoestima. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica integrativa dos últimos 15 anos, utilizando materiais das bases SciELO, CAPES Periódicos e Redalyc. Os resultados mostram que o corpo negro ainda é marcado pela colonialidade, sendo muitas vezes invisibilizado ou associado a estereótipos, o que afeta diretamente a subjetividade das crianças negras. Entre os desafios identificados estão currículos eurocêntricos, ausência de materiais representativos e formação docente limitada para práticas antirracistas. Apesar disso, a literatura aponta possibilidades, como planejamentos intencionais, inclusão de manifestações corporais afro-brasileiras e africanas e fortalecimento da formação continuada. Conclui-se que a Educação Física na Educação Infantil pode contribuir significativamente para valorizar a identidade negra quando orientada por práticas críticas e antirracistas, favorecendo uma escola mais equitativa e socialmente comprometida.

**Palavras-chaves:** Corpo negro. Educação Física Escolar. Educação Infantil. Práticas pedagógicas. Relações étnico-raciais

## ABSTRACT

This study analyzed how black bodies are represented in physical education practices in early childhood education, understanding childhood as an essential stage for the formation of identity and self-esteem. The research was based on a narrative literature review of the last 15 years, using materials from the SciELO, CAPES Periódicos, and Redalyc databases. The results show that the black body is still marked by coloniality, often being invisible or associated with stereotypes, which directly affects the subjectivity of black children. Among the challenges identified are Eurocentric curricula, a lack of representative materials, and limited teacher training for anti-racist practices. Despite this, the literature points to possibilities, such as intentional planning, inclusion of Afro-Brazilian and African bodily expressions, and strengthening of continuing education. It is concluded that Physical Education in Early Childhood Education can contribute significantly to valuing black identity when guided by critical and anti-racist practices, favoring a more equitable and socially committed school.

**Keywords:** Black body. School physical education. Early childhood education. Pedagogical practices. Ethnic-racial relations

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese das obras selecionadas.....	25
Quadro 2. Infância, corpo e identidade negra.....	33
Quadro 3. Estereótipos raciais, práticas pedagógicas e escola.....	36
Quadro 4. Educação antirracista e prática pedagógica.....	40

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IA	Inteligência Artificial
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SISB	Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado da Bahia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. REVISÃO LITERÁRIA.....</b>	<b>16</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>33</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, embora historicamente concebida como um espaço da ludicidade, da ternura e do cuidado, é também um terreno simbólico onde se gestam desigualdades, preconceitos e hierarquias raciais. “A infância negra, em especial, tem sido sistematicamente atravessada por processos de negação, silenciamento e exotização que impactam profundamente a formação da identidade e da autoestima das crianças” (Carvalho, 2025). Desde muito cedo, corpos negros são submetidos a olhares atravessados por estigmas históricos que os marcam como "fora da norma". Assim, a escola enquanto espaço de formação e disputa de sentidos torna-se também um lugar onde o racismo se reproduz de maneira muitas vezes sutil e institucionalizada.

Segundo Dias *et al.* (2021, p. 47), “[...] os livros de literatura de temática africana e afro-brasileira e os brinquedos, entre outros instrumentos próprios das experiências nesta etapa do ensino formal, são terreno fértil para construir novos imaginários sobre ser uma pessoa negra”. Entretanto, autores abordam que são baixos os percentuais de uso de materiais pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais tanto na creche quanto na pré-escola.

Santos; Marchetti; Freitas (2024, p. 1) citam que, “Currículos eurocêtricos, materiais didáticos pouco representativos e práticas pedagógicas excludentes perpetuam desigualdades estruturais”. Na literatura infantil ainda preestabelece a escassez de personagens que agregam significados reais para esses grupos, o que acarreta em um descaso do sujeito negro nos recursos pedagógicos, que muitas vezes é ilustrado de forma que apresenta comportamentos negativos da criança negra. Exemplos disso são personagens como o Saci-Pererê e a Tia Nastácia, do Sítio do Pica-pau Amarelo, que, em geral, são associados a papéis subalternos, comportamentos caricatos ou moralmente questionáveis, reforçando uma lógica de hierarquização racial.

O ideal do branqueamento produz desde a infância a fragmentação do sentimento de pertencimento, perpetuando a hegemonia de uma estética branca, magra, eurocentrada como padrão. Muitos profissionais do contexto educacional não compreendem plenamente a dinâmica do racismo na sociedade. Muitos deles pertencem a grupos étnico-raciais minorizados; no entanto, não é o fato de termos profissionais negros(as) atuando na educação infantil que tornará esse ambiente livre do racismo, o fator de negação é muito pertinente na vida dessas pessoas o que as torna parte desse processo, mas não é as responsáveis por ele. Conseqüentemente, aumenta-se a probabilidade da continuidade do racismo estrutural e da reprodução no contexto escolar.

Todavia, interpelar práticas pedagógicas antirracistas e o trato da cultura corporal fundamentadas em uma abordagem crítica e na valorização da diversidade étnico-racial, têm o potencial de transformar esse ambiente em um espaço de ressignificação, empoderamento e inclusão, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e a formação de uma sociedade mais equitativa.

Entretanto, o livro *Movimento Negro Educador*, de Nilma Lino Gomes, mostra como o Movimento Negro produz conhecimentos que questionam a forma como a sociedade e a escola representam os corpos negros. A autora afirma que o Movimento Negro “rompe com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos” (Gomes, 2017, p. 22). Essa crítica é essencial para pensar a Educação Infantil, pois muitas vezes as crianças negras já começam a perceber, na escola, que seus corpos são vistos de forma diferente.

Gomes também destaca que o Movimento Negro atua para ressignificar a raça e politizar o corpo negro, afirmando que ele é “responsável por trazer a arte, a corporeidade, o cabelo crespo, as cores da África para o campo da estética, da beleza, do reconhecimento e da representatividade” (Gomes, 2017, p. 18).

Na Educação Infantil e nas práticas corporais da Educação Física, essa compreensão é fundamental: o corpo negro não deve aparecer como problema, ausência ou silenciamento, mas como presença afirmativa. Essa visão contribui para que o ambiente escolar reconheça a diversidade corporal das crianças e rompa com padrões eurocentrados que ainda orientam muitas práticas docentes.

Por fim, a autora enfatiza que a escola tem papel direto na construção das percepções sobre o corpo negro, já que “a luta dos negros na perspectiva de resolver problemas da sociedade abrange, em particular, as instituições escolares” (Gomes, 2017, p. 22). Isso reforça a importância de uma Educação Física comprometida com a educação antirracista, que não reproduza estereótipos, mas ofereça experiências corporais que valorizem todas as crianças.

Nessa mesma perspectiva de Bell Hooks (2013) ajuda a entender como o corpo faz parte do processo de aprender. Ela critica formas de ensino que separam mente e corpo, mostrando que isso afasta os estudantes de suas próprias experiências. Hooks explica que, em certos momentos de sua formação, “[...] o conhecimento não servia mais para transformar nossa mente e nosso ser [...]” (Hooks, 2013, p. 12), destacando o risco de uma educação que ignora quem o aluno é.

Na Educação Infantil, isso aparece quando o corpo da criança negra é visto apenas como indisciplina ou problema. As ideias Hooks reforçam que as práticas corporais precisam

acolher essas identidades, permitindo que cada criança se expresse com liberdade e que seu corpo seja respeitado. Bell Hooks (2013) também aborda sobre a importância de criar espaços onde todos se sintam reconhecidos, o que é essencial nas aulas de Educação Física. Ela afirma que “qualquer pedagogia radical precisa insistir em que a presença de todos seja reconhecida” (Hooks, 2013, p. 18), lembrando que não existe aprendizagem quando alguns corpos são invisibilizados. A autora reforça ainda que o professor deve “valorizar de verdade a presença de cada um” (Hooks, 2013, p. 18).

Além dessas discussões sobre educação e corpo, Bell Hooks também aborda a importância do pertencimento como parte da construção da identidade, especialmente para as pessoas negras. É nesse sentido que seu livro *Pertencimento* amplia o debate ao mostrar que “amar a terra é um caminho para amar a si mesmo” (Hooks, 2022, p. 22), mostrando que identidade e corpo são construídos a partir das conexões que cada sujeito estabelece com seu território, sua história e sua ancestralidade.

Essa reflexão ajuda a pensar a Educação Infantil como um espaço que deve promover vínculos positivos, acolhimento e reconhecimento, permitindo que as crianças negras se sintam parte daquele ambiente. Nas práticas corporais da Educação Física, isso significa criar experiências em que elas se vejam representadas, valorizadas e respeitadas, fortalecendo a confiança em seus próprios corpos e rompendo com narrativas que historicamente deslegitimam a presença corporal negra.

Carneiro e Russo (2020, p, 107) apontam que, por meio do universo lúdico e da brincadeira, é possível que as crianças ampliem a sua percepção de mundo, bem como aprendam sobre o funcionamento da vida cotidiana e, a partir disso, construa uma série de “verdades” que lhe acompanharão pelo resto da vida.

A Educação Física, mediante sua pluralidade, pode trazer ainda nessa etapa educacional conteúdos como brincadeiras e jogos africanos, afro-brasileiros e indígenas, bem como danças e lutas pertencentes a essas culturas, além de todas outras práticas e expressões corporais que podem corroborar com o processo. Logo, Marchetti e Freitas (2024) afirmam que o componente curricular educação física tem trabalhado com as diversidades culturais dentro de suas aulas para promover aos educandos a conscientização da representatividade racial.

Essa pesquisa origina-se por meio da metodologia de revisão bibliográfica integrativa, com recorte temporal dos últimos 15 anos. Reverbera o seguinte problema: Como o corpo negro tem sido representado nas práticas corporais propostas por professores/as na Educação Infantil, no campo Corpo, Gestos e movimentos, segundo os estudos encontrados na literatura

acadêmica? A partir disso, os objetivos serão investigar como a literatura científica discute a presença e a representação do corpo negro nas práticas corporais na Educação Infantil sob a ótica da Educação Física; Segundo Gois (2025) é necessário “valorizar o corpo como meio de expressão e construção do conhecimento, respeitando a diversidade e promovendo a inclusão”, refletindo uma perspectiva pedagógica que reconhece o corpo como território de significações culturais e sociais.

Nesse sentido, o corpo, especialmente o corpo negro, deve ser compreendido como um espaço de resistência, identidade e pertencimento. De forma complementar, identificar as estratégias pedagógicas adotadas por professores/as para promover (ou não) a valorização da identidade negra nas práticas corporais; compreender como estereótipos raciais são reproduzidos ou combatidos nas propostas pedagógicas da Educação Física escolar na infância e refletir sobre os desafios e possibilidades de uma abordagem antirracista nas práticas corporais dessa etapa escolar, para cada um desses objetivos específicos houve a construção de uma categoria de análise de dados de produções científicas.

A presente revisão contribui para um campo que ainda carece de estudos aprofundados sobre o impacto das representações étnico-raciais no desenvolvimento infantil, especialmente na Educação Física escolar, onde tais representações ainda são marcadas por silenciamentos, estigmatizações e pela escassez de abordagens pedagógicas que promovam o reconhecimento positivo da negritude.

Do ponto de vista científico, este estudo fundamenta-se na necessidade de fortalecer práticas e pesquisas que sustentem a promoção da igualdade racial e o combate à discriminação, como previsto no Estatuto da Igualdade Racial, o qual determina que “é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades educacionais, culturais e esportivas” (Brasil, 2010, art. 2º).

Portanto, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de obter o mapeamento das produções acadêmicas do Campus XII, sendo elas relacionadas as representações do corpo negro nas práticas corporais na Educação Infantil e à Educação Física. Foi feita a busca no Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado da Bahia (SISB), uma rede integrada que reúne 25 bibliotecas universitárias e disponibiliza acesso a livros impressos, periódicos, artigos digitais, acervos virtuais e diversos outros recursos informacionais.

O acesso foi realizado por meio do portal institucional *sisb.uneb.br*, com foco direcionado ao acervo da Biblioteca Prof. Dilma Gumes Fernandes Santos, vinculada ao

Campus XII – Guanambi, onde se encontra o Departamento de Educação que fundamenta esta investigação. O levantamento ocorreu em uma manhã de terça-feira, no dia 23 de setembro de 2025, entre 7h30 e 11h30, período destinado às buscas, cruzamentos de dados e sistematização dos resultados.

A investigação utilizou a ferramenta de Pesquisa Avançada, selecionando inicialmente o filtro “Campus Guanambi” e inserindo palavras-chave diretamente relacionadas ao problema da pesquisa: “Educação Física Escolar”, “Corpo Negro”, “Educação Infantil” e “Corpo, Gestos e Movimentos”, este último pertencente ao campo de experiência da Educação Infantil.

O objetivo era localizar produções acadêmicas como TCCs, artigos, dissertações, livros produzidos no campus ou obras institucionais que abordassem a representação do corpo negro nas práticas corporais da Educação Infantil. No entanto, mesmo variando as combinações entre os termos, nenhum resultado foi encontrado, o que indica ausência de produções do Campus XII diretamente relacionadas a essa temática.

Em seguida, para ampliar o alcance da busca, utilizei apenas o termo “Educação Física”, sem filtro de tipo de material. Nessa etapa, foram encontrados 378 registros, compostos majoritariamente por livros do acervo geral da UNEB, incluindo obras de metodologia da Educação Física, psicomotricidade, formação docente, desenvolvimento motor, recreação, treinamento físico, esporte, jogos tradicionais e práticas corporais diversas.

Dentro desses 378 resultados, apareceram ainda alguns Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e dissertações, porém a maior parte deles concentrava-se em temáticas voltadas à saúde, como biomecânica, fisiologia e atividade física para qualidade de vida. Alguns trabalhos dialogavam com a Educação Física Escolar, mas nenhum deles apresentava relação com o tema específico desta pesquisa, isto é, a representação do corpo negro nas práticas corporais da Educação Infantil. Assim, embora a busca ampliada tenha revelado um acervo diversificado, não encontrou produções que tratem da temática racial no recorte da infância e das práticas corporais.

Além do SISB, a pesquisa também incluiu o Saber Aberto, repositório institucional da UNEB, dedicado ao armazenamento e divulgação de TCCs, dissertações e teses da universidade. Utilizei as mesmas três palavras-chave: “Educação Física Escolar”, “Corpo Negro” e “Educação Infantil” com o intuito de verificar se havia produções acadêmicas arquivadas digitalmente relacionadas ao tema. No entanto, assim como ocorreu no SISB, nenhum resultado foi encontrado no repositório. Ressaltando que, os critérios de exclusão de ambos foi à partir da leitura do título das obras. Reforçando a inexistência de pesquisas

registradas na UNEB sobre a representação do corpo negro nas práticas corporais da Educação Infantil.

Diante desses resultados, conclui-se que o Departamento de Educação do Campus XII não possui produções acadêmicas catalogadas nem no SISB nem no Saber Aberto que discutam a representação do corpo negro nas práticas corporais da Educação Infantil, o que evidencia uma lacuna científica relevante. Em um contexto no qual debates sobre corpo, raça, infância e práticas pedagógicas tornam-se cada vez mais presentes na escola e na sociedade, essa ausência reforça a importância e o caráter inédito da presente pesquisa, que se propõe a preencher parte desse vazio teórico e contribuir para o fortalecimento das discussões sobre Educação Física Escolar e relações étnico-raciais na Educação Infantil

Sob o aspecto profissional e acadêmico, a investigação se alinha às diretrizes educacionais que reconhecem o papel da escola como espaço de construção de identidades e valorização da diversidade étnico-racial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que “a educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ONU, 1948, art. XXVI). Nesse sentido, este estudo busca oferecer subsídios teóricos e práticos a educadores, gestores e pesquisadores, promovendo o fortalecimento de práticas pedagógicas que respeitem a dignidade e a igualdade racial, conforme o Estatuto estabelece ao tornar “obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil” (Brasil, 2010, art. 11).

No âmbito pessoal, a pesquisa carrega significados profundos. Como mulher negra que cresceu sem representações positivas de sua identidade no ambiente escolar, esta investigação representa uma oportunidade de ressignificar uma experiência vivida e transformar a ausência de referências em um caminho de mudança e reparação simbólica. Assim, o estudo tem o propósito de oferecer às futuras gerações o que me foi negado: a possibilidade de se reconhecerem, valorizarem e se afirmarem como protagonistas de suas histórias, em um espaço educativo que acolha suas identidades e potencialidades. Tal perspectiva se ancora no princípio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 1948, art. I), reforçando a centralidade da dignidade humana como base de qualquer processo educativo emancipador.

## 2. REVISÃO LITERÁRIA

O contexto brasileiro é marcado por profundas desigualdades étnico-raciais e pela presença de práticas e discursos ainda vinculados a estereótipos eurocêntricos, consequentemente gerando numerosos impactos em diversos meios, inclusive no âmbito escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de uma educação que valorize a diversidade cultural e étnico-racial em todas as etapas da educação. As creches e pré-escolas devem garantir conviver com crianças e adultos em pequenos e grandes grupos, reconhecer e respeitar as diferentes identidades e pertencimento étnico-racial, de gênero e religião (Brasil, 2018).

A Educação Física, enquanto componente curricular que atua diretamente com o corpo e suas expressões, desempenha um papel central na formação da identidade e no desenvolvimento da autoestima das crianças desde a educação infantil. Nesse contexto, compreender como o corpo negro é representado nas práticas corporais é essencial para refletir sobre os modos como a diversidade é (ou não) valorizada na escola. A representatividade do corpo negro, historicamente marginalizado e estigmatizado, ainda enfrenta desafios nas abordagens pedagógicas, exigindo que professores e professoras repensem suas práticas a partir de uma perspectiva antirracista e inclusiva.

A Educação Física vai além da mecanicidade dos movimentos, do enfoque biológico e fisiológico. Conforme destacam Neira e Nunes (2011), o currículo cultural da Educação Física constitui uma arena de disseminação de sentidos, marcada pela polissemia, pela construção de identidades e pelo estímulo à análise, à interpretação crítica e ao diálogo entre as culturas.

Nesse sentido, na Educação Infantil, sua função não deve se restringir ao desenvolvimento motor. Ela também deve atuar como um espaço de valorização das identidades culturais e étnico-raciais das crianças. Considerando que essa etapa da vida é fundamental na formação de valores, essa área do conhecimento pode exercer um papel transformador, promovendo experiências corporais que acolham, respeitem e celebrem a diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Segundo Munanga (2005), é fundamental que o ambiente escolar promova o reconhecimento positivo da diversidade étnico-racial, combatendo o racismo estrutural desde os primeiros anos da formação escolar. Nesse sentido, a Educação Física pode incluir danças, jogos e brincadeiras de matrizes africanas e indígenas como forma de representação cultural e resistência. Para Oliveira (2015), o corpo é um lugar de expressão cultural e social, sendo a

Educação Física um campo propício para promover o respeito às diferenças e o combate a estereótipos. As práticas corporais presentes no currículo devem refletir as múltiplas culturas brasileiras, possibilitando que todas as crianças se sintam pertencentes e representadas.

Além disso, a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, reforça a importância de práticas pedagógicas na Educação Física que envolvam manifestações culturais negras, como o samba, a capoeira e o maracatu. Como afirma Gomes (2005), “não se trata apenas de incluir conteúdos, mas de construir uma nova forma de ver o mundo, onde o negro e o indígena estejam presentes de forma positiva e valorizada.” Assim, a Educação Física na Educação Infantil, quando pautada por uma abordagem étnico-racial crítica e inclusiva, pode ser um instrumento potente de valorização da diversidade e de combate às discriminações que, muitas vezes, já se manifestam nas relações infantis.

## **2.1. Educação Infantil: Conceitos e currículo**

“[...] Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos” ECA (1990, Art. 2). A legislação brasileira estabelece por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que a criança é um sujeito de direitos e uma pessoa em desenvolvimento, o que implica reconhecer suas necessidades específicas e sua centralidade nas políticas públicas.

O ECA define que “crianças e adolescentes são, em primeiro lugar, sujeitos de direitos” e que possuem “direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento” ECA (1990, Art. 15), reforçando que ser criança significa estar em uma fase protegida, de formação e construção de identidade. Nesse sentido, o direito à educação é apresentado como eixo fundamental para a garantia do desenvolvimento pleno, uma vez que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (ECA, 1990, Art. 53).

No entanto, embora a legislação estabeleça igualdade de condições de acesso e permanência na escola, a própria redação do Estatuto reconhece que retrocessos sociais e políticos “atingem em primeiro lugar as condições de crianças e adolescentes desenvolverem-se plenamente”, revelando que barreiras como o racismo estrutural, a desigualdade social e a precarização das políticas públicas dificultam a concretização desses direitos. Assim, problematizar o que é ser criança no Brasil exige compreender que, apesar dos avanços

normativos, a garantia real dos direitos, especialmente o direito à educação, ainda é marcada por contradições que produzem desigualdades e exclusões.

Rodrigues; Boeira; Folmer (2025, p.2) afirma que “pensar em currículo é pensar sobre o que, de fato, tem valor para a vida”. O currículo, como ressaltam as autoras, constitui-se em um “território de disputa de diferentes concepções [...] e implica pensar sobre a vida de quem ensina e de quem aprende”. Portanto, ultrapassa a mera organização de conteúdos e se configura como um campo de poder, permeado por ideologias e intencionalidades políticas. Essa perspectiva é reafirmada quando os autores apontam que “as teorias críticas questionam o que se entende por conhecimento e o que conta como conhecimento escolar [...] incluindo uma luta política e social da qual a escola faz parte” Rodrigues; Boeira; Folmer (2025, p.4).

Ao tratar da educação infantil, Rodrigues; Boeira; Folmer (2025, p.3) evidencia que os debates curriculares nessa etapa “oferecem também um grande desafio a pesquisadores e profissionais da educação”. As disputas sobre o que deve ou não constituir o currículo infantil são diversas, já que “na educação infantil, as disputas sobre o que deve ou não constituir o currículo são profusas”.

Apesar disso, o crescente interesse de pesquisadores e docentes sobre o tema tem contribuído para o fortalecimento da educação infantil “como primeira etapa da educação básica” (Rodrigues; Boeira; Folmer, 2025, p.3) .

Rodrigues; Boeira; Folmer (2025) fazem também criticamente a análise sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os autores argumentam que “o que confere maior atenção à BNCC é certo vício pedagógico persistente por receitas aplicáveis e divisões etárias predefinidas” (Rodrigues; Boeira; Folmer, 2025, p.12). Tal característica reforça uma visão homogênea e eurocêntrica da infância, já que “a universalização em que a criança foi moldada não abarca o sentido de que as infâncias são distintas para os diferentes povos e costumes” (Rodrigues; Boeira; Folmer, 2025, p.3). Assim, esses autores dizem que é necessário “produzirmos outro discurso”, um discurso que valorize as particularidades das infâncias e a autonomia docente.

As práticas corporais têm papel fundamental na Educação Infantil, pois é por meio do corpo que as crianças exploram o ambiente, constroem conhecimentos e se expressam. A BNCC destaca que, nessa etapa, “o corpo das crianças ganha centralidade” no trabalho pedagógico Brasil (2018, p. 43) e que é com ele que elas “exploram o mundo [...] expressam-se, brincam e produzem conhecimentos” (Brasil, 2018, p. 43).

As práticas corporais também aparecem como linguagem, já que as crianças se comunicam por meio da dança, das brincadeiras e das expressões corporais (Brasil, 2018, p.

43). Por isso, a escola deve garantir oportunidades ricas para ampliar o repertório de movimentos e gestos (Brasil, 2018, p. 44), assegurando experiências que envolvam jogos, danças, brincadeiras de roda e outras manifestações da cultura corporal (Brasil, 2018, p. 14; p. 18).

Apesar dessa centralidade atribuída ao corpo e às práticas corporais, há uma contradição importante: a Educação Física não é obrigatória na Educação Infantil. Isso faz com que, mesmo reconhecendo a importância das experiências corporais, as crianças não tenham, nessa etapa, a presença garantida de um profissional formado especificamente para trabalhar com a cultura corporal e o desenvolvimento infantil. Assim, o campo “Corpo, Gestos e Movimentos” depende da atuação de professores generalistas, que muitas vezes não possuem formação aprofundada nesse âmbito, o que pode limitar a qualidade, a intencionalidade e a diversidade das experiências corporais oferecidas às crianças.

## **2.2. Racismo estrutural e institucional: concepções e implicações na Educação Física**

O racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos (Sant'Ana, 2001, p.53), é uma ideologia que busca justificar a dominação de um grupo sobre outro. As pessoas com a pigmentação escura são constantemente violentadas, assassinadas, desumanizadas, excluídas da sociedade e jogadas as mazelas, desde os primórdios da escravidão, e essas diferenças começam a serem sentidas na infância.

Existem processos sociais que produziram a ideia de raça para nomear determinados grupos como negros e indígenas e que, ao mesmo tempo, escondem a hegemonia da raça branca, que dificilmente se compreende como um grupo racial, esses processos são denominados racialidade/ racialização (Dias *et al.* 2021, p. 9).

No contexto escolar, é fundamental que a representatividade e a valorização da identidade negra sejam reconhecidas e fortalecidas, especialmente frente à hegemonia da branquitude que permeia a sociedade brasileira, marcada por heranças coloniais e racistas, conforme aponta Gomes (2005), a corporeidade negra deve ser trabalhada durante todo o ano letivo, não somente em datas específicas como o Dia da Consciência Negra, é um compromisso pedagógico fundamental para uma educação verdadeiramente emancipadora. Reduzir a discussão sobre as identidades e os corpos negros a momentos pontuais do calendário escolar é uma prática que, muitas vezes, reforça a ideia de que essas questões são exceções ou temas secundários. Pelo contrário, elas devem estar integradas de forma transversal ao projeto político-pedagógico da escola.

No Brasil, o racismo não é apenas um problema de comportamento isolado, mas uma estrutura complexa que molda políticas, acessos e oportunidades, de acordo com Almeida (2019) as principais características do racismo estrutural são, por um lado, a negação do próprio racismo como sistema de opressão e, por outro, a defesa de uma ideia de humanidade universal. Esta combinação de fatores permite construir relações tomando desigualdades como parte integrante da vida em sociedade, sem dar atenção às diferentes identidades raciais que todo o tempo participam desse processo de construção de relações.

O racismo estrutural começa a se materializar durante o período do colonialismo europeu, no contexto da escravização de negros e povos indígenas. A dominação econômica era amplamente conduzida pelos países europeus, e essa classe dominante disseminava a ideologia da superioridade racial por meio da escravidão. Através desse sistema, houve um intenso acúmulo de capital. Para além da exploração econômica, estabeleceu-se também uma dominação étnico-racial e cultural. A partir disso, consolidou-se uma profunda desigualdade socioeconômica entre negros e brancos, que permanece enraizada em nossa sociedade até os dias atuais. Essa estrutura “se traduz na educação, destacando dois tipos manifestos de racismo: o material, que se expressa na perda de oportunidades de desenvolvimento e de acesso a direitos e renda, e o simbólico, que produz e difunde ideias que inferiorizam o negro e naturalizam a superioridade branca” (Dias, 2021, p.13).

Na concepção de Almeida (2019) O racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. Para o autor, as instituições estabelecem e regulamentam as normas e os padrões que devem conduzir as práticas dos sujeitos, conformando seus comportamentos, seus modos de pensar, suas concepções e preferências. A recusa em oferecer determinados serviços a uma pessoa com base em sua cor, cultura ou origem étnica revela uma prática discriminatória presente em diversas organizações, sejam elas públicas ou privadas, evidenciando o funcionamento do racismo institucional de forma sutil, porém estrutural.

Carneiro e Russo (2020) relatam que para construção da identidade negra, o ambiente escolar tem um papel de grande importância. Quando não trabalha a relevância desse assunto, a comunidade escolar reproduz práticas hegemônicas de exclusão, privilegiando a cultura eurocêntrica. Se tornando um ambiente proliferador do racismo institucional. A representatividade do corpo negro nas aulas de Educação Física se torna importante para obter um novo olhar entre os alunos. Porém, é preciso que a comunidade escolar, familiares e a sociedade façam parte para contribuir com a representatividade racial

no ambiente escolar e na sociedade a fim de diminuir as discriminações e preconceitos entre os alunos (Kowalski; Pedroso, 2020).

A Educação Física escolar precisa considerar os diferentes corpos e movimentos presentes no ambiente educacional, evitando impor padrões únicos de comportamento ou desempenho. Quando o currículo é pensado a partir de referências culturais negras, os estudantes negros passam a se enxergar como sujeitos ativos e valorizados no processo educativo. Isso favorece o reconhecimento de suas origens, histórias e contribuições para a sociedade brasileira, promovendo um sentimento de pertencimento e fortalecendo sua identidade desde os primeiros anos da formação escolar.

### **2.3. Avanços e lacunas nas práticas pedagógicas da Educação Física**

Nesse contexto é importante levar em consideração aspectos legais instituídos pela forma de leis. Nesse sentido podemos citar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”, e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

No campo da Educação Física constitui uma estratégia fundamental para o enfrentamento das desigualdades raciais e a valorização das identidades negras no espaço escolar. A legislação, ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, demanda que as práticas pedagógicas na Educação Física incorporem

manifestações corporais de origem africana, como a capoeira, o jongo<sup>1</sup> e o samba, reconhecendo-as como saberes legítimos. Segundo Munanga (2005), essa inserção representa uma ruptura com a lógica eurocêntrica historicamente dominante no currículo escolar brasileiro. No entanto, a efetivação da lei ainda encontra entraves, como a ausência de formação continuada dos docentes, a escassez de materiais didáticos e a resistência de setores que negligenciam a importância da diversidade étnico-racial na constituição do conhecimento.

Os currículos adotados na sociedade brasileira, por excelência de matriz europeia, buscaram idealizar um modelo de sociedade que cultivasse os padrões e comportamentos europeus, em que crianças e jovens, negros e negras, tiveram sua liberdade castrada em nome de um projeto civilizatório (Mattos e Monteiro, 2021).

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (Mattos e Monteiro, 2021).

A promulgação da Lei 10.639/2003 representou um marco legal importante ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em todas as escolas do país, promovendo uma reconfiguração das práticas pedagógicas (Brasil, 2003). A partir dessa legislação, o currículo da Educação Física passou a ser desafiado a incluir práticas corporais e outras expressões da corporeidade negra, que historicamente foram marginalizadas ou invisibilizadas.

Além disso, documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) reforçam a necessidade de uma abordagem que valorize a diversidade cultural e promova a equidade racial. No entanto, é preciso tensionar: essas transformações têm ocorrido de forma efetiva e estruturante ou se limitam a ações pontuais?

Em muitas escolas, a presença da cultura negra no currículo ainda ocorre apenas em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, sem uma integração contínua ao planejamento pedagógico. A falta de formação específica dos professores como já ressaltado, a carência de materiais didáticos adequados e a resistência de alguns profissionais revelam que, apesar do avanço legal, a efetivação da lei ainda enfrenta entraves estruturais. Portanto,

---

<sup>1</sup> “O jongo é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua bantu. É cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que pratica[...]” (IPHAN, 2007, p. 11).

embora haja progressos, eles ainda se mostram limitados frente à necessidade de uma mudança profunda no currículo escolar, que promova uma Educação Física comprometida com a justiça social e o combate ao racismo.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão integrativa de cunho qualitativo, cujo objetivo é analisar como o corpo negro tem sido representado nas práticas corporais desenvolvidas na Educação Infantil, no campo Corpo, Gestos e Movimento, com ênfase nas ações pedagógicas de professores/as.

A pesquisa se ancorou na análise de produções acadêmicas publicadas nos últimos 15 anos, período escolhido por compreender transformações importantes no cenário educacional brasileiro, como a consolidação da Lei 10.639/2003 e da BNCC (2017/2018), que ampliaram os debates sobre diversidade, equidade e relações étnico-raciais na escola.

Optou-se pela revisão integrativa conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), por se tratar de um método que permite reunir e integrar diferentes tipos de estudos teóricos, empíricos, qualitativos e quantitativos, possibilitando uma compreensão ampla e atualizada do fenômeno. Essa abordagem é adequada para mapear o estado da arte, identificar lacunas, reconhecer tendências e construir uma visão crítica sobre o campo investigado, fundamentando a discussão teórica desta pesquisa.

A revisão contemplou materiais já publicados, como artigos científicos, livros, capítulos, dissertações e teses que dialogassem com os eixos: representação do corpo negro, práticas pedagógicas da Educação Física, Educação Infantil e relações étnico-raciais. Foram consideradas produções em português, publicadas prioritariamente no Brasil, por se tratar do contexto educacional e racial que orienta esta investigação. Estudos internacionais foram consultados apenas quando contribuíam conceitualmente para a discussão, mas não compuseram o corpus principal.

As buscas foram realizadas em bases como SciELO, CAPES Periódicos e Redalyc, utilizando palavras-chave como “corpo negro”, “Educação Física escolar”, “Educação Infantil”, “práticas pedagógicas” e “relações étnico-raciais”.

Os critérios de exclusão foram aperfeiçoados a partir da leitura inicial dos títulos, resumos e palavras-chave, foram descartados os materiais sem relação direta com o tema, estudos voltados exclusivamente à saúde, fisiologia ou desempenho motor, textos duplicados, documentos sem acesso integral e produções que abordavam relações raciais sem articulação com a Educação Infantil ou com as práticas corporais.

A análise dos dados foi orientada por uma perspectiva crítica, decolonial e reflexiva, inspirada nos estudos Culturais<sup>2</sup>, na Educação das Relações Étnico-Raciais e na Educação Física escolar crítica. Buscou-se compreender os discursos, significados e representações atribuídos ao corpo negro nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. O processo de leitura seguiu os princípios da leitura compreensiva e interpretativa, conforme Cavalcante e Oliveira (2020), permitindo identificar conexões, tensões e lacunas entre as produções analisadas, superando uma leitura isolada de cada documento.

Inspirada na perspectiva decolonial, a análise buscou desvelar como a colonialidade do poder, do saber e do ser atravessa práticas corporais, discursos e representações sobre o corpo negro na escola. Ao mesmo tempo, foram reconhecidas produções que propõem caminhos de resistência, valorização estética e afirmação identitária, reforçando o compromisso com uma Educação Física antirracista, pautada na pluralidade cultural e no reconhecimento das diferenças como potencial formativo. Assim, foi possível compreender como os autores discutem a presença (ou ausência) do corpo negro nas práticas corporais, os estereótipos associados, as estratégias pedagógicas adotadas por professores/as e as possibilidades de construção de práticas corporais mais inclusivas, críticas e igualitárias.

Para organizar de forma clara as produções selecionadas nesta revisão integrativa, apresento a seguir o quadro com os estudos utilizados na pesquisa. Nele constam as referências dos materiais analisados, seus principais aspectos e as contribuições que cada um oferece para a compreensão da representação do corpo negro nas práticas corporais da Educação Infantil.

**Quadro 1.** Síntese das obras selecionadas.

<b>Documento</b>	<b>Aspectos Relevantes</b>	<b>Contribuições para o Estudo</b>
GAUDIO, Eduarda Souza. Resenha do livro <b>“O que é racismo estrutural?”</b> , de Silvio Almeida. Revista Humanidades e Inovação, v. 6, n. 4, 2019.	Apresenta conceitos de racismo estrutural, institucional e individual; analisa ideologia, Estado e economia.	Oferece base teórica para compreender o racismo como estrutura social.
ALMEIDA, Raul Gomes de. <b>Pacto</b>	Discute branquitude,	Fundamenta debates sobre

<sup>2</sup> Campo interdisciplinar que analisa práticas culturais, representações e relações de poder na sociedade.

<p><b>da branquitude: racismo institucional e desigualdades no trabalho.</b> Estudos Avançados, v. 38, n. 110, 2024.</p>	<p>privilégios raciais e desigualdades no trabalho.</p>	<p>branquitude, poder e manutenção das desigualdades.</p>
<p>DIAS, L. R. et al. <b>Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância.</b> Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), 2021.</p>	<p>Analisa impactos do racismo na infância; aborda desigualdades, estresse tóxico e políticas educacionais.</p>	<p>Evidencia efeitos do racismo no desenvolvimento infantil e orienta ações afirmativas.</p>
<p>BURATO, Lucas Adriano de Souza. <b>Representatividade negra e Educação Física escolar: um estudo de revisão sistemática da literatura.</b> UNESP, 2023.</p>	<p>Investiga a representatividade negra nas aulas de Educação Física.</p>	<p>Reforça a importância da identidade negra no contexto escolar e práticas pedagógicas contínuas.</p>
<p>MATTOS, Ivanilde Guedes de; MONTEIRO, Pamela Tavares. <b>Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas.</b> Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 43, 2021.</p>	<p>Propõe currículo insurgente e estudos afrorreferenciados na Educação Física.</p>	<p>Contribui para práticas curriculares antirracistas e valorização das estéticas afro.</p>
<p>MATTOS, Ivanilde Guedes de. <b>Educação física e o corpo negro.</b> Espaço Plural, v. 7, n. 14, 2006.</p>	<p>Discute representações corporais de jovens negros e influência da mídia.</p>	<p>Reforça importância da Educação Física na construção da identidade corporal.</p>
<p>JESUS, Rodrigo Ednilson de. <b>Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização.</b> Educação em Revista, v. 34, 2018.</p>	<p>Analisa estereótipos, silenciamento e evasão escolar de jovens negros.</p>	<p>Mostra como práticas racistas influenciam fracasso escolar e desigualdades.</p>
<p>LACERDA, Geisa H. F.; SILVA, Edeson A.; ULRICH, Claudete B. <b>Um debate sobre corpos infantis negros e escola.</b> Revista Interdisciplinar, v. 9, n. 3, 2024.</p>	<p>Debate necropolítica, invisibilidade e racismo contra crianças negras.</p>	<p>Defende pedagogia antirracista e representatividade na infância.</p>

BRASIL. <b>Estereótipos, preconceito e discriminação racial.</b> In: Curso Gênero e Diversidade na Escola. MEC, 2009.	Aborda conceito de estereótipos e seus efeitos sociais e raciais.	Fundamenta compreensão de preconceito e discriminação nas relações sociais.
SANTOS, Kaique; MARCHETTI, Pedro; FREITAS, Sirley. <b>O impacto dos estereótipos raciais na construção da identidade e o papel dos princípios da dignidade, liberdade e igualdade na superação do preconceito.</b> CONAPE, 2024.	Analisa estereótipos raciais e princípios constitucionais.	Mostra o papel da educação e da dignidade na superação do preconceito.
BRASIL. <b>Estatuto da Igualdade Racial.</b> Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Senado Federal.	Define direitos, ações afirmativas e combate à discriminação.	Referência jurídica para políticas de igualdade racial.
ONU. <b>Declaração Universal dos Direitos Humanos.</b> Nações Unidas, 1948.	Estabelece princípios de dignidade, igualdade e liberdade.	Embasa discussões sobre Direitos Humanos e equidade racial.
MONTEIRO, Nadson Lopes et al. <b>A escola antirracista: desafios e possibilidades.</b> 2024.	Discute obstáculos enfrentados por docentes para implementar práticas antirracistas.	Aponta caminhos para inserir ações antirracistas de forma contínua no cotidiano escolar.
PORTELA, Ivalda Kimberly Santos et al. <b>Diversidade étnico-raciais e o currículo da Educação Física.</b> ComCiência, v. 6, n. 8, 2021.	Examina apagamento histórico de corpos negros no currículo da Educação Física.	Reforça a necessidade de incluir povos indígenas e africanos na construção curricular.
CRUZ, Marlon Messias Santana; CARVALHO, Sebastião Carlos. <b>O empoderamento e a subversão: A cultura corporal e autoafirmação da(os) estudantes negras(os) na escola.</b> Germinal, v. 12, n. 1, 2020.	Relata prática pedagógica com cultura corporal afro-brasileira.	Mostra como a Educação Física pode promover autoafirmação e romper estereótipos raciais.
NEVES, Marcos R.; NEIRA, Marcos G. <b>O currículo cultural de</b>	Analisa efeitos do currículo cultural na	Evidência o impacto do currículo cultural na

<p><b>Educação Física em ação: efeitos nas representações culturais dos estudantes sobre as práticas corporais e seus representantes.</b> Motrivivência, v. 32, n. 63, 2020.</p>	<p>ressignificação das práticas corporais pelos estudantes.</p>	<p>desconstrução de representações preconceituosas.</p>
<p>NOGUEIRA, Isildinha Baptista. <b>Significações do corpo negro.</b> Tese (Doutorado em Psicologia) – USP, 1998.</p>	<p>Investiga dimensão psíquica do racismo e seus efeitos na constituição subjetiva de pessoas negras.</p>	<p>Fundamenta compreensão de processos psicológicos ligados ao corpo negro e à autopercepção.</p>
<p>CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; BECALLI, Fernanda Zanetti (org.). <b>Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões.</b> Vitória: Edifes, 2018.</p>	<p>Reúne capítulos sobre formação docente, práticas pedagógicas e relatos de experiências voltadas ao enfrentamento do racismo.</p>	<p>Amplia repertório teórico-metodológico para práticas antirracistas e formação multicultural crítica.</p>
<p>COSTA, Thiago Batista; EHRENBERG, Mônica Caldas. <b>Colonialismo, corpo negro e identidade: uma análise fanoniana sobre a experiência de estudantes negros no contexto escolar.</b> Educar em Revista, v. 41, 2025.</p>	<p>Analisa a vivência de estudantes negras a partir de Fanon, destacando colonialidade curricular e racismo escolar.</p>	<p>Contribui para compreender como a escola produz subjetividades racializadas e como práticas docentes críticas fortalecem identidades insurgentes.</p>
<p>RAIMUNDO, Alessandra Cristina; TERRA, Dinah Vasconcellos. <b>Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: a história de Sophia.</b> Movimento, v. 27, e27018, 2021.</p>	<p>Apresenta narrativa formativa entre professora e aluna, destacando práticas pedagógicas com literatura afro, bonecas Abayomi e jogos culturais.</p>	<p>Demonstra como experiências corporais e culturais fortalecem o pertencimento racial e a autoestima de crianças negras.</p>
<p>RIBEIRO, Djamila. <b>Pequeno manual antirracista.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 2019.</p>	<p>Discute racismo estrutural e ações anti racistas cotidianas.</p>	<p>Oferece base teórica clara sobre práticas antirracistas aplicáveis ao ambiente escolar.</p>
<p>MOREIRA, Patrícia; GRAUPE,</p>	<p>Analisa contribuições da</p>	<p>Sustenta práticas centradas nos</p>

Mareli. <b>Pedagogia da(s) Infância(s) e a Base Nacional Comum Curricular: Percepções dos profissionais da educação infantil de Vacaria (RS).</b> Educ. Pesqui., 2025.	Pedagogia da Infância para efetivar a BNCC.	direitos das crianças e múltiplas infâncias.
RODRIGUES, Carla; BOEIRA, Silvana; FOLMER, Vanderlei. <b>Currículo e educação infantil: revisão sistemática.</b> RBE, 2025.	Sistematiza debates sobre currículo da educação infantil (2018–2023).	Apoia reflexões sobre currículo vivido e desafios da BNCC na prática.
ALMEIDA, Vitor et al. <b>Educação Física escolar e imagem corporal: Uma análise documental a partir da Base da Nacional Comum Curricular.</b> Educ. Rev., 2025.	Identifica ausências da temática imagem corporal na BNCC.	Mostra lacunas curriculares e orienta o trabalho crítico sobre corpo e identidade.
KRAMER, Sonia; NUNES, Maria F.; PENA, Alexandra. <b>Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente.</b> Educ. Pesqui., 2020.	Analisa o cuidado como direito, com base no ECA e em práticas institucionais.	Contribui para debates sobre cuidado, vínculo e proteção na educação infantil.
SOARES, Ademilson. <b>Criança, infância e educação infantil: pressupostos das pesquisas.</b> Educar em Revista, 2020.	Levanta principais referenciais teóricos usados em pesquisas sobre infância.	Auxilia na compreensão do campo teórico e das bases epistemológicas do tema.
PAULA, Wagner; LIMA, Rita. <b>Docência na Educação Infantil: Neoliberalismo, desumanização e adoecimento na República inacabada brasileira..</b> Trab. Educ. Saúde, 2020.	Aborda impactos do neoliberalismo no trabalho docente.	Sustenta análise crítica do adoecimento e da desumanização na educação infantil.
ALCANFOR, Lucilene; BASSO, Jorge. <b>Infância, identidade étnica e conhecimentos de matriz africana na Escola.</b> Educ. & Realidade,	Estuda literatura afro-brasileira e mitologia iorubá na escola.	Fortalece o ensino da cultura afro-brasileira e da identidade étnica infantil.

2019.		
GOIS, Rogério C. <b>O campo de experiência do Corpo, Gestos e Movimento na BNCC na pré-escola: uma análise das intencionalidades educativas da Educação Física nas brincadeiras e interação.</b> 2025.	Analisa a Educação Física na pré-escola dentro da BNCC.	Reforça práticas corporais intencionais e desenvolvimento integral.
CRELIER, Cátia Malaquias; SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. <b>Africanidade e afrobrasilidade em Educação Física Escolar.</b> Movimento, v. 24, n. 4, p. 1307-1320, 2018.	Observa discursos de professores e alunas sobre relações étnico-raciais e a aplicação da Lei 10.639/03 nas aulas.	Evidencia desconhecimento da lei e reforça a necessidade de formação docente crítica para enfrentar práticas racistas naturalizadas.
SANTOS, Ana Katia Alves dos. <b>Infância afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental.</b> Salvador: EDUFBA, 2006.	Analisa a infância afrodescendente articulando epistemologia crítica, ancestralidade e crítica ao modelo escolar moderno-colonial.	Oferece fundamentos teóricos para reconhecer saberes infantis afrodescendentes e questionar práticas escolares que silenciam identidades e experiências negras.
GOMES, Nilma Lino. <b>O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.</b> Petrópolis: Vozes, 2017.	Examina o Movimento Negro como produtor de saberes, práticas políticas e epistemologias próprias no enfrentamento ao racismo.	Oferece base teórica para compreender ações educativas antirracistas e a construção de políticas de igualdade racial.
HOOKS, Bell. <b>Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.</b> São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.	Discute a educação como prática da liberdade, integrando corpo, experiência e presença dos estudantes no processo educativo.	Reforça a necessidade de práticas pedagógicas que não dissociem corpo e aprendizagem, favorecendo uma Educação Física mais humana e inclusiva.
HOOKS, Bell. <b>Pertencimento: uma</b>	A autora relaciona	Oferece base teórica para

<p><b>cultura do lugar.</b> São Paulo: Elefante, 2022.</p>	<p>pertencimento, território e identidade, mostrando como a experiência negra é atravessada por memória, corpo e ancestralidade.</p>	<p>compreender como crianças negras constroem identidade e pertencimento no espaço escolar, especialmente nas práticas corporais da Educação Física.</p>
<p>SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel. <b>Revisão integrativa: o que é e como fazer.</b> Revista Einstein, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.</p>	<p>Define e descreve as seis fases da revisão integrativa, evidenciando seu caráter amplo e sua função de sintetizar conhecimentos de diferentes naturezas.</p>	<p>Fundamenta metodologicamente a escolha da revisão integrativa neste TCC, validando a estratégia de síntese teórica sobre corpo negro, infância e práticas corporais na Educação Física.</p>
<p>GOMES, Nilma Lino. <b>Educação, identidade negra e formação de professores: repensando caminhos.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p>	<p>Discute a relação entre identidade negra, formação docente e práticas pedagógicas antirracistas.</p>	<p>Oferece base teórica para compreender como professores podem construir práticas que valorizem o corpo negro na Educação Infantil.</p>
<p>MUNANGA, Kabengele (org.). <b>Superando o racismo na escola.</b> 2.<sup>a</sup> ed. rev. Brasília: MEC/SECAD, 2005.</p>	<p>Apresenta orientações e reflexões para enfrentar o racismo no cotidiano escolar.</p>	<p>Contribui para refletir sobre estratégias pedagógicas que promovam equidade e combatam estereótipos nas práticas corporais da Educação Física.</p>
<p>OLIVEIRA, Vanderlei dos Santos. <b>Corpo e identidade: uma abordagem cultural na Educação Física.</b> São Paulo: Cortez, 2015.</p>	<p>Analisa o corpo como construção sociocultural, enfatizando identidade, diferenças e expressões corporais.</p>	<p>Fundamenta a compreensão de que o corpo negro é produzido socialmente e deve ser valorizado nas práticas corporais escolares.</p>
<p>BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular – BNCC.</b> Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.</p>	<p>Estabelece competências e direitos de aprendizagem que incluem diversidade, inclusão e respeito às</p>	<p>Respalda a importância de práticas corporais que reconheçam e valorizem a identidade racial das crianças na Educação Física.</p>

	diferenças.	
--	-------------	--

Fonte: elaborado pela autora (2025)

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta a interpretação crítica dos dados produzidos no estudo, articulando-os aos referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa. A análise dos dados foi realizada por meio da análise temática proposta por Bardin (2016), o que ajudou a identificar ideias e sentidos que apareciam com frequência nos discursos.

A partir desse processo, foram organizadas três categorias principais que orientam a discussão desta pesquisa: (4.1) A (re)construção do Corpo Negro; (4.2) Estereótipos Raciais; e (4.3) Desafios e possibilidades da Educação Antirracista. Cada categoria expressa dimensões específicas das experiências narradas e foi analisada à luz dos referenciais teóricos selecionados, permitindo uma leitura aprofundada e crítica das questões étnico-raciais no contexto investigado.

### 4.1 A (re)construção do Corpo Negro

A presente categoria de análise tem como objetivo discutir a representação do corpo negro a partir de diferentes perspectivas teóricas, evidenciando como essa construção social se manifesta nos contextos educacionais e, especialmente, na infância. Busca-se compreender de que forma os discursos e práticas que atravessam o corpo negro influenciam sua visibilidade, valorização e identidade, considerando tanto os espaços escolares quanto as experiências culturais e corporais.

Em continuidade, será apresentado um quadro contendo citações de autores e autoras que abordam a temática da representação do corpo negro, com destaque para discussões que relacionam essa representação à infância, à Educação Física e às práticas educativas antirracistas. Essas citações servirão como base para a análise e interpretação crítica desenvolvida nas seções seguintes.

#### Quadro 2. Infância, corpo e identidade negra.

Autor/ ano/ página	Infância, corpo e identidade negra
Costa; Ehrenberg, 2025, p. 4	“Dentre os vários mecanismos de inferiorização sofridos pelo negro nesta relação com o Outro, umas das mais eficazes se dava pela ridicularização do corpo”.
Costa; Ehrenberg, 2025, p. 5	O “[...] corpo foi fixado em uma condição vacilante, animalizado, o corpo cativo, o corpo da ginga, da hipersexualização, da inocência,

	da dominação, do lúdico e do exótico”.
Costa; Ehrenberg, 2025, p. 11	“A colonialidade se materializa na postura arrogante de professores diante da pluralidade étnica e racial existente na escola [...] ignoram que as artes, a cultura e a história são forjadas na estrutura sociopolítica”.
Santos, 2006, p. 36	“A infância negra se reduz a sujeito que não possui humanidade e liberdade, incivilizada, inútil para o sistema latifundiário, anônima e invisível socialmente” .
Santos, 2006, p. 18	“Os aspectos étnicos e culturais participantes da vida dessas crianças são negados, silenciados ou negligenciados na escola”.
Santos, 2006, p. 20	[...] “Decorar a sala com um boneco de papel marrom é muito feio; alguns professores distribuíam o lápis rosa para pintar a pele de um bonequinho na atividade, porque cor de pele é rosa” .
Santos, 2006, p. 54	“A construção real da infância afrodescendente, que se dá no cotidiano da sociedade contemporânea, contradiz a retórica estruturada a seu favor, expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente”.
Ribeiro, 2019, p. 52	“[...] O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. (...) “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar” [..].

Fonte: elaborado pela autora (2025)

A representação do corpo negro nas práticas sociais, culturais e educacionais tem sido alvo de debates e reflexões que buscam compreender como estereótipos, preconceitos e desigualdades históricas se materializam no cotidiano. De acordo com Fanon (2008), o corpo negro é frequentemente construído a partir de uma lógica colonial que o reduz a um lugar de inferiorização e exotização, negando sua complexidade e subjetividade.

Nessa mesma direção, Munanga (2003) aponta que a identidade negra é marcada por um processo contínuo de luta contra discursos e práticas que reforçam a marginalização. Quando se observa o espaço da infância, essa problemática se torna ainda mais delicada. Desde cedo, crianças negras têm seus corpos atravessados por olhares racializados, que influenciam não apenas a forma como são vistas, mas também como passam a se perceber.

Gomes (2017) ressalta que a infância negra é atravessada por experiências que vão desde o apagamento cultural até a imposição de padrões corporais e estéticos eurocêntricos, o que impacta sua autoestima e participação social.

No campo da Educação Física, esse debate ganha uma dimensão fundamental, pois o corpo é o principal eixo de mediação pedagógica. Autores como Abrahão e Soares (2011) evidenciam que o corpo negro, historicamente, tem sido representado ora como símbolo de força e resistência física, ora como alvo de estigmas e preconceitos, o que gera tensionamentos na forma como ele é percebido e valorizado nas práticas corporais escolares.

Quando essa questão é pensada na infância, torna-se evidente a necessidade de romper com perspectivas reducionistas que reforçam estereótipos raciais e, em contrapartida, promove experiências corporais que valorizam a diversidade, a ancestralidade e as múltiplas formas de expressão do corpo negro. Dessa maneira, analisar a representação do corpo negro, especialmente na interface com a infância e a Educação Física, significa refletir sobre os desafios de uma prática pedagógica crítica, antirracista e comprometida com a valorização das identidades negras.

O corpo negro carrega marcas históricas do colonialismo que ainda repercutem no presente, especialmente no espaço escolar. Costa e Ehrenberg (2025) destacam que o colonialismo operou através da “coisificação” do negro, transformando seu corpo em objeto de inferiorização e submissão, de modo que “umas das mais eficazes estratégias se dava pela ridicularização do corpo” (Costa; Ehrenberg, 2025, p.4). Nesse processo, o corpo negro foi associado à animalização, à hipersexualização e à incapacidade intelectual, o que, como apontam os autores, aproxima a escola contemporânea de uma “máquina que, tal qual o mundo colonial, está repleta de dispositivos e estratégias que fazem com que a experiência da estudante negra se torne cada vez mais difícil” (Costa; Ehrenberg, 2025, p. 2).

Esse mecanismo de marginalização se reproduz de forma acentuada na infância, etapa crucial da formação identitária. Para Santos (2006), “[...] os aspectos étnicos e culturais participantes da vida dessas crianças são negados, silenciados ou negligenciados na escola” (Santos, 2006, p. 18), o que as coloca em uma posição de invisibilidade.

A autora observa que a exclusão se expressa em práticas aparentemente banais, como quando “[...] decorar a sala com um boneco de papel marrom é muito feio; alguns professores distribuíam o lápis rosa para pintar a pele de um bonequinho na atividade, porque cor de pele é rosa” (Santos, 2006, p. 20). Nesse sentido, a escola reforça padrões eurocêntricos e produz uma desvalorização étnica que atinge diretamente a percepção das crianças negras sobre si mesmas.

O impacto dessas práticas é também reconhecido por Djamila Ribeiro (2019), que relata em sua experiência pessoal a forma como o racismo marca a infância. A autora recorda: “[...] o início da vida escolar foi para mim o divisor de águas, por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. [...] “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar” (Ribeiro, 2019, p. 52). Sua narrativa evidencia como, já na infância, o corpo negro é apontado como defeito, levando crianças a internalizarem uma autoimagem negativa e a buscarem estratégias de invisibilidade para sobreviver em um ambiente hostil.

Assim, os três autores convergem ao demonstrar que o corpo negro é representado por meio de estereótipos construídos historicamente pelo colonialismo e atualizados pela escola e pela sociedade. Desde cedo, as crianças negras são confrontadas com a negação de sua identidade e com violências simbólicas que marcam sua constituição subjetiva. Nesse sentido, refletir sobre a representação do corpo negro na infância implica reconhecer os efeitos da colonialidade no espaço escolar e a urgência de práticas pedagógicas críticas que ressignifiquem esse corpo não como lugar de estigma, mas como território de dignidade e potência cultural.

## 4.2 Estereótipos Raciais

Essa categoria tem como objetivo elucidar a maneira que os estereótipos raciais são reproduzidos ou combatidos nas propostas pedagógicas dos/as professores/as na Educação Infantil, no campo Corpo, Gestos e Movimento área que se aproxima da Educação Física Escolar, e das práticas corporais enquanto componente curricular nessa etapa da Educação Básica de acordo Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na sequência, seguindo o mesmo modelo do Quadro 3 será apresentado citações diretas de autores(as) que servirão de embasamento teórico para a discussão nessa categoria.

### Quadro 3. Estereótipos raciais, práticas pedagógicas e escola.

Autor/ ano/ página	Estereótipos raciais, práticas pedagógicas e escola
Brasil, 2006, p. 1	“Estereotipar é um recurso classificatório que tem como objetivo simplificar a relação imagem/conceito”.
Brasil, 2006, p. 2	“Os estereótipos formam a base do preconceito em relação a um indivíduo ou a um grupo”.
Brasil, 2006, p. 3	“Os estereótipos construídos acerca dos grupos sociais [...] tornaram-

	se características definidoras de lugares na sociedade – lugar social, econômico, simbólico”.
Brasil, 2006, p. 3	“O caminho mais propagado de ascensão social para negros/as ainda parece estar ligado ao mundo dos esportes e ao mundo artístico”.
Brasil, 2006, p. 3	“Preconceito, discriminação e desigualdades entrelaçam-se. [...] São mecanismos que contribuem para a produção e a manutenção das desigualdades raciais”.
Brasil, 2006, p. 4	“Estereótipos [...] impõem o lugar de inferior e o lugar de incapaz, no caso dos estereótipos negativos”.
Santos; Marchetti; Freitas, 2024, p. 1	“Os estereótipos raciais exercem forte influência na construção da identidade individual e coletiva, especialmente no contexto educacional brasileiro”.
Santos; Marchetti; Freitas, 2024, p. 4	“Currículos eurocêntricos, materiais didáticos pouco representativos e práticas pedagógicas excludentes perpetuam desigualdades estruturais”.
Santos; Marchetti; Freitas, 2024, p. 5	“Quando as crianças não se reconhecem positivamente nos conteúdos escolares, há um impacto direto em sua autoconfiança e no sentido de pertencimento à sociedade”.
Santos; Marchetti; Freitas, 2024, p. 5	“Escolas que adotam práticas pedagógicas antirracistas [...] promovem um desenvolvimento identitário mais positivo e um ambiente de maior respeito e equidade”.
Valente; Dantas, 2021, p. 1	“A discriminação racial é uma prática social naturalizada no espaço escolar em virtude do racismo estrutural da sociedade brasileira”.
Valente; Dantas, 2021, p. 4	“A escola como instituição social pode propagar ou enfrentar o racismo. [...] O racismo liga pessoas negras a estereótipos e representações negativas que limitam o seu campo de ação”.
Valente; Dantas, 2021, p. 4	“O conteúdo eurocêntrico dos materiais didáticos reflete o negro de maneira discriminatória [...] e há relações preconceituosas entre os próprios alunos, com as quais os professores não se sentem preparados para lidar”.
Valente; Dantas, 2021, p. 9	“Combater o racismo não significa lutar contra indivíduos, mas se opor às práticas e ideologias”.
Valente; Dantas, 2021, p. 10	“O silenciamento faz parte de um processo de construção social que torna a discriminação invisível”.

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Os artigos de Brasil (2006), Santos; Marchetti; Freitas (2024) e Valente; Dantas (2021), analisados contribuem de forma significativa para compreender como os estereótipos raciais são produzidos, reproduzidos e, ao mesmo tempo, podem ser enfrentados nas práticas pedagógicas, especialmente na Educação Infantil.

Em conjunto, eles evidenciam que os estereótipos são construções sociais que moldam identidades, definem lugares simbólicos e estruturam relações de poder, interferindo diretamente no modo como as crianças negras são vistas, tratadas e reconhecidas no ambiente escolar. Ao considerar o campo de experiência “Corpo, Gestos e Movimentos” da BNCC, torna-se evidente que essas marcas simbólicas atingem também a forma como os corpos negros são percebidos, expressos e valorizados, o que reforça a urgência de práticas pedagógicas que promovam a equidade racial desde as primeiras etapas da Educação Básica.

O primeiro documento, Brasil (2006), ao discutir o conceito de estereótipo, mostra que ele funciona como um mecanismo de classificação social, reduzindo grupos a características fixas e hierarquizadas. Essa lógica ainda atravessa o espaço escolar, onde a imagem da pessoa negra é frequentemente associada à limitação e à inferioridade, reproduzindo no contexto educacional o mesmo padrão de desigualdade social presente na sociedade. Portanto, salientando que os estereótipos negativos estruturam posições sociais e simbólicas, o que pode se refletir nas práticas corporais e pedagógicas, inclusive nas experiências de movimento na Educação Infantil.

A produção científica de Santos, Marchetti e Freitas (2024), aprofunda essa análise ao demonstrar como os estereótipos raciais impactam o desenvolvimento psíquico e social das crianças, comprometendo sua autoestima e a construção de identidades positivas. Ao destacar o papel da educação na desconstrução dessas narrativas, evidencia-se que o ambiente escolar pode tanto reforçar quanto combater o racismo, dependendo das práticas adotadas e da intencionalidade pedagógica dos educadores. Fortalecendo, a importância de que durante o processo de formação da identidade infantil as crianças sejam isentas de preconceitos e estigmas, sendo perpetuado a valorização das expressões corporais negras, sendo aplicado diretamente ao campo de experiência Corpo, Gestos e Movimentos.

Logo, Valente; Dantas (2021) ampliam essa discussão ao problematizar o papel do professor diante das relações étnico-raciais na escola. Ao evidenciar que o racismo é estrutural e se manifesta de forma velada, ele revela a dificuldade dos docentes em reconhecer e intervir nas situações de discriminação. Essa limitação está relacionada à formação inicial e continuada que, muitas vezes, negligencia a abordagem da temática racial, deixando os profissionais sem ferramentas para desenvolver práticas efetivamente antirracistas. Assim, o

silenciamento e a naturalização do preconceito acabam perpetuando estereótipos e desigualdades, mesmo em espaços que deveriam promover o respeito e a valorização da diversidade.

Em diálogo, Brasil (2006), Santos; Marchetti; Freitas (2024) e Valente; Dantas (2021), convergem para a compreensão de que o combate aos estereótipos raciais na escola requer um processo educativo comprometido com a transformação social. Isso implica reconhecer o corpo e a identidade das crianças negras como expressões legítimas de cultura, história e pertencimento. No campo de experiência “Corpo, gestos e movimentos”, essa perspectiva se traduz na valorização das múltiplas formas de expressão corporal, na desconstrução de padrões estéticos eurocentrados e na promoção de práticas que afirmem a corporeidade negra como potência e não como estigma.

Embora haja avanços legais e discursivos no campo da educação antirracista, as práticas pedagógicas reais ainda não revelam um enfrentamento consistente ao racismo nas escolas. Pelo contrário, os estudos mostram que muitos professores não se sentem preparados para lidar com situações de discriminação, o que leva à naturalização, ao silenciamento ou à minimização das violências raciais vivenciadas pelos estudantes.

Essa realidade aparece de forma explícita quando se afirma que “[...]os professores não se sentem preparados para lidar[...]” com questões raciais (Valente; Dantas, 2021, p. 4), revelando como a insegurança docente impede intervenções mais profundas e eficazes. Assim, ao invés de promover uma educação antirracista, boa parte das práticas observadas acaba, ainda que involuntariamente, reproduzindo estereótipos e reforçando desigualdades, revelando uma distância significativa entre o que a legislação e as políticas educacionais preveem e o que realmente acontece no cotidiano escolar.

Portanto, os artigos analisados reforçam que a Educação Infantil é um espaço estratégico para o enfrentamento dos estereótipos raciais, pois é nesse período que se constroem as primeiras referências de identidade, alteridade e pertencimento social.

### **4.3 (Desafios e possibilidades) da Educação Antirracista**

As práticas educativas são importantes instrumentos de transformação social, sendo assim, o objetivo desta categoria de análise é relatar, de forma explícita, os desafios e as possibilidades para a construção de uma educação antirracista no âmbito da educação infantil e da Educação Física escolar.

Explanando os desafios, por exemplo: o despreparo docente, o mito da democracia racial, a indivisibilidade cultural e o currículo eurocêntrico. Bem como, expor as possibilidades de avanços através de planejamento intencionais, oficinas culturais, implementação de literatura e jogos afrodescendentes e também o investimento na formação continuada desses profissionais. A seguir, o Quadro 4 com citações diretas de autores que problematizam o racismo, representatividade e práticas pedagógicas antirracistas.

**Quadro 4.** Educação antirracista e prática pedagógica.

Autor/ ano/ página	Educação Antirracista e prática pedagógica
Monteiro et al., s.d., p.1	“[...] Por muitos anos essa educação antirracista foi privada dos alunos, deixando uma lacuna dentro da formação de crianças e adolescentes de todo o território nacional[...] A escola antirracista possui a tarefa essencial de transformar e auxiliar na construção, de modo efetivo, da formação de um sujeito social, cultural, crítico e reflexivo[...].”
Raimundo; Terra, 2021, p. 12	“Uma educação libertadora se faz com uma postura crítica e uma prática docente atenta aos acontecimentos de práticas discriminatórias.”
Raimundo; Terra, 2021, p. 12	“Nós, professores(as), devemos mobilizar o olhar para perceber a dor [...] sentidas por crianças que convivem cotidianamente com práticas discriminatórias.”
Crelie; Silva, 2018, p. 1308	“A sutileza do nosso racismo fez e faz com que o imaginário, o vocabulário, as representações [...] sejam “poluídos” por uma ideologia instituída.”
Crelie; Silva, 2018, p. 1308	“Desde a educação infantil a criança negra aprende a ser discriminada e a não reagir quando é agredida.”
Crelie; Silva, 2018, p. 1309	“Uma implementação não crítica da Lei 10.639/03 pode reafirmar concepções equivocadas [...] perpetuando preconceitos.”
Crelie; Silva, 2018, p. 1315	“[...]Constatou-se que metade dos professores entrevistados desconhecia a Lei [...]A aplicação da Lei 10.639/03 ainda não se efetivou [...]”.

Crelier; Silva, 2018, p. 1317	“O corpo em movimento traduz e expressa sensações, sentimentos [...] é tempo de desconstrução social.”
Crelier; Silva, 2018, p. 1318	“A cultura tem sido tratada de forma estanque [...] quando deveria ser abordada como modos de vida.”
Paula; Lima, 2020, p. 17	“Ações ordenadas entre grupos de professores, pais e comunidade escolar podem servir de impulso para mudanças positivas [...] “Por meio da organização coletiva será possível transformar ecos em vozes ativas[...]”.
Gois, 2025, p. 1	“A identificação da Educação Física como uma área de conhecimento importante na Educação Infantil tem sido um processo gradual [...] porém, [...] A implementação dessa disciplina ainda enfrenta desafios significativos[...]”.
Gois, 2025, p. 10	[...]“A falta de qualificação dos professores e a baixa valorização da área dificultam a efetiva implementação[...]”.
Gois, 2025, p. 9	“Ao valorizar o corpo [...] a prática pedagógica promove habilidades socioemocionais e cognitivas.”

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise das produções científicas reunidas revela que a construção de uma educação antirracista exige ações intencionais, contínuas e politicamente comprometidas. Os autores Monteiro *et al.* (s.d.), Raimundo e Terra (2021), Crelier e Silva (2018), Paula e Lima (2020) e Gois (2025), convergem ao demonstrar que práticas pedagógicas que enfrentam o racismo estrutural não podem ser pontuais ou esporádicas, elas precisam estar presentes no cotidiano escolar.

Como afirmam Monteiro *et al.* (s.d.), as práticas educativas antirracistas devem ser pautadas diariamente dentro e fora das escolas, ao mesmo tempo em que ressaltam que, historicamente, essa formação foi negada aos estudantes, produzindo uma lacuna dentro da formação de crianças e adolescentes. Isso evidencia um desafio central, a ausência histórica de políticas e práticas que enfrentem o racismo de modo efetivo e sistemático.

Raimundo e Terra (2021) reforçam que esse processo começa na Educação Infantil, fase decisiva para a constituição identitária das crianças. As autoras mostram que atividades como a contação de histórias e jogos de matriz africana possibilitam novas interpretações de mundo, fortalecem o pertencimento racial e promovem experiências significativas de reconhecimento, como quando afirmam que as histórias possibilitaram às crianças outras formas de interpretar o mundo” e que elas alimentaram um sentimento de pertencimento

racial. As autoras também destacam que práticas discriminatórias afetam emocionalmente as crianças, muitas vezes de forma silenciosa e que cabe aos professores desenvolver um olhar sensível para essas dores. Nesse sentido, uma educação libertadora se faz com uma postura crítica e uma prática docente atenta às práticas discriminatórias.

Os desafios se agravam quando se observa o campo da Educação Física, especialmente no que se refere à implementação da Lei 10.639/03. Crelier e Silva (2018) apontam que a “sutileza do nosso racismo polui o imaginário, vocabulário e representações”, fazendo com que práticas discriminatórias se naturalizem desde a infância.

A educação física, enquanto área que trabalha diretamente com o corpo, torna-se um território potente, mas também crítico, pois o corpo negro é frequentemente alvo de estigmas e silenciamentos, como se vê no relato da aluna: [...] “Professora, eu não quero falar sobre isso, me faz mal”. Os autores enfatizam que muitos professores ainda desconhecem a legislação, e que uma aplicação não crítica da Lei pode, inclusive, perpetuar estereótipos revelando que o problema não está apenas no conteúdo, mas na forma como ele é mediado.

Esses entraves pedagógicos também são atravessados por questões estruturais, como demonstram Paula e Lima (2020) ao analisarem como o neoliberalismo afeta a docência. Para elas, o professor vive sob “um jogo de forças não visíveis”, funcionando muitas vezes como um mero “instrumento da sociedade”, sobrecarregado e desumanizado.

A precarização do trabalho docente dificulta a implementação de práticas antirracistas, que exigem tempo, estudo, planejamento e condições dignas de trabalho. Sem apoio institucional, o enfrentamento ao racismo torna-se ainda mais desafiador. Ao mesmo tempo, os autores ressaltam que a organização coletiva entre professores, comunidade e famílias pode gerar “impulso para mudanças positivas”, apontando para possibilidades reais de transformação.

Ao dialogar com essas perspectivas, o trabalho de Gois (2025) amplia a compreensão sobre a educação antirracista ao relacionar corpo, gesto e movimento como dimensões centrais da experiência infantil. O autor afirma que reconhecer o corpo como lugar de aprendizagem, expressão e identidade é fundamental para práticas inclusivas e antirracistas. O campo de experiência Corpo, Gestos e Movimento permite que as crianças percebam seus corpos com autonomia, autoestima e respeito às diferenças, algo essencial no combate aos estereótipos e violências simbólicas. No entanto, Gois também aponta que a área enfrenta “desafios significativos”, como falta de formação e valorização profissional, reforçando que práticas antirracistas não se consolidam sem condições pedagógicas adequadas.

Assim, uma educação antirracista não é apenas uma diretriz legal, mas um movimento ético, estético, cultural e político que envolve reconhecer o protagonismo das crianças, valorizar suas identidades, transformar práticas e desconstruir discursos historicamente excludentes. Os autores mostram que há desafios complexos, mas também caminhos possíveis e potentes para consolidar uma escola verdadeiramente democrática, plural e comprometida com a igualdade racial desde a infância.

De modo geral, as categorias (4.1) A (re)construção do Corpo Negro; (4.2) Estereótipos Raciais; e (4.3) Desafios e possibilidades da Educação Antirracista apresentadas ajudam a compreender como o corpo negro é percebido e vivido no cotidiano escolar, como os estereótipos raciais ainda aparecem nas relações entre as crianças e como a escola enfrenta e/ou deixa de enfrentar esses desafios. Ao mesmo tempo, elas mostram que existem possibilidades reais de transformação quando há intencionalidade pedagógica, formação docente e práticas que valorizam a identidade das crianças negras. Assim, juntas, essas categorias oferecem uma visão ampla sobre como o racismo se manifesta e sobre os caminhos que podem fortalecer uma educação antirracista desde a Educação Infantil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar como o corpo negro é representado nas práticas corporais da Educação Física na Educação Infantil, buscando identificar de que modo professores/as valorizam ou silenciam a identidade negra no cotidiano escolar. A partir da revisão bibliográfica integrativa, observou-se que a representação do corpo negro permanece atravessada por estereótipos historicamente construídos, que ainda influenciam relações, práticas e percepções dentro da escola.

Os resultados indicam que crianças negras são frequentemente expostas a processos de invisibilização, exotização e inferiorização, o que compromete sua autoestima e seu sentimento de pertencimento. Verificou-se também que currículos eurocêntricos, ausência de materiais representativos e formação docente insuficiente dificultam a implementação de práticas corporais que afirmem positivamente a negritude. Embora existam avanços legais, como a Lei 10.639/2003 e a BNCC, sua efetivação ainda é limitada e, muitas vezes, restrita a ações pontuais.

Apesar dos desafios, a literatura aponta possibilidades de transformação por meio de práticas intencionais, como a inclusão de jogos, danças e manifestações culturais afro-brasileiras e africanas, o uso de literatura infantil representativa e o fortalecimento da formação continuada. Conclui-se que a Educação Física na Educação Infantil pode constituir um espaço potente de valorização da identidade negra, desde que orientada por uma perspectiva crítica, decolonial e antirracista.

Assim, este trabalho contribui para o campo científico ao ampliar discussões sobre corpo, questões étnico raciais e infância, e para o campo social ao reafirmar a urgência de práticas pedagógicas que reconheçam o corpo negro como território de dignidade, cultura e humanidade. Uma educação comprometida com a equidade racial deve ser contínua, estruturante e presente em todas as dimensões da vida escolar.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. O CORPO NEGRO E OS PRECONCEITOS IMPREGNADOS NA CULTURA: UMA ANÁLISE DOS ESTEREÓTIPOS RACIAIS PRESENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA A PARTIR DO FUTEBOL. **Movimento**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 265–280, 2011. DOI: 10.22456/1982-8918.20590. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/20590>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ALCANFOR, Lucilene; BASSO, Jorge. Infância, identidade étnica e conhecimentos de matriz africana na Escola. **Educ. & Realidade**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623688363> Acesso em: 15 out. 2025.

ALMEIDA, Raul Gomes de. Pacto da branquitude: racismo institucional e desigualdades no trabalho. **Estudos Avançados**, v. 38, n. 110, 2024. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003271863> Acesso em: 10 jul. 2025.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

ALMEIDA, Vitor et al. Educação Física escolar e imagem corporal: Uma análise documental a partir da Base da Nacional Comum Curricular. **Educ. Rev.**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469845025> Acesso em: 19 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Senado Federal. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 3 nov. 2025

BRASIL. Estereótipos, preconceito e discriminação racial. In: **Curso Gênero e Diversidade na Escola**. MEC, 2009. Disponível em: [https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1706/mod\\_resource/content/0/modulo4/mod4\\_unidade2\\_texto5.pdf](https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1706/mod_resource/content/0/modulo4/mod4_unidade2_texto5.pdf) Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 18 dez. 2025.

BURATO, Lucas Adriano de Souza. **Representatividade negra e educação física escolar: um estudo de revisão sistemática da literatura**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Ciências,

Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/ec1d7bf9-110d-4925-bca0-55aa1f9e1b61>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; BECALLI, Fernanda Zanetti (org.). **Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões**. Vitória: Edifes, 2018. Disponível: [https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/809/educa%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_as\\_rela%C3%A7%C3%B5es\\_%C3%A9tnico-raciais.pdf?sequence=1](https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/809/educa%C3%A7%C3%A3o_para_as_rela%C3%A7%C3%B5es_%C3%A9tnico-raciais.pdf?sequence=1) Acesso em: 19 out. 2025.

CARNEIRO, Carolina Zolin. RUSSO, Maria José de Oliveira. A criança negra e a representatividade racial na escola. **Revista: Cadernos da educação reflexões e debates**. v. 19, n. 38, 2020.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; DE OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em revista**, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020.

COSTA, Thiago Batista; EHRENBERG, Mônica Caldas. Colonialismo, corpo negro e identidade: uma análise fanoniana sobre a experiência de estudantes negros no contexto escolar. **Educar em Revista**, v. 41, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/95647> Acesso em: 19 Out./2025

CRELIER, Cátia Malaquias; SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. Africanidade e afrobrasilidade em Educação Física Escolar. **Movimento**, v. 24, n. 4, p. 1307-1320, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/scholarly-journals/africanidade-e-afrobrasilidade-em-educacao-fisica/docview/2454445583/se-2> Acesso em: 19 Out./2025.

CRUZ, Marlon Messias Santana; CARVALHO, Sebastião Carlos dos Santos. O empoderamento e a subversão: a cultura corporal e autoafirmação das(os) estudantes negras(os) na escola. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 379–388, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v12i1.36361. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36361>. Acesso em: 18 dez. 2025.

DIAS, Lucimar Rosa et al. **Estudo nº VII: Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021. Disponível em: <https://www.ncpi.org.br>. Acesso em :10 jul 2025.

GAUDIO, Eduarda Souza. Resenha do livro “O que é racismo estrutural?” de Silvio Almeida. **Revista Humanidades e Inovação**, Araguaína, v. 6, n. 4, p. 214–217, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4453> . Acesso em: 10 jul 2025.

GOIS, Rogério Clemilson. **O campo de experiência do corpo, gesto e movimento na BNCC na pré-escola: uma análise das intencionalidades educativas da Educação Física nas brincadeiras e interações**. In: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (CONPEF), 12.; CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 7., 2025, Londrina.

Anais [...]. Londrina: UEL, 2025. Disponível em: [https://eventos.uel.br/conpef/wp-content/uploads/2025/CONPEF\\_ARTIGOS\\_PUBLICADOS/O-CAMPO-DE-EXPERIENCIA-DO-CORPO-GESTO-E.pdf](https://eventos.uel.br/conpef/wp-content/uploads/2025/CONPEF_ARTIGOS_PUBLICADOS/O-CAMPO-DE-EXPERIENCIA-DO-CORPO-GESTO-E.pdf). Acesso em: 18 dez. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**: repensando caminhos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Disponível em: [revistashomol.pucsp.br index › ls](http://revistashomol.pucsp.br/index › ls). Acesso em: 01 Dez./2025.

HOOKS, Bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo: Elefante, 2022.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista**, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698167901>. Acesso em: 19 Out./2025.

KOWALSKI, Elisa Dias; PEDROSO, Juliana Fontoura. REPRESENTATIVIDADE DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA ESCOLA. **Saberes em Foco Revista da SMED NH**, v. 3, n. 1, p. 265-273, 2020.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda Rezende; PENA, Alexandra. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. e237202, 2020.

LACERDA, Geisa Hupp Fernandes; SILVA, Edeson Dos Anjos; ULRICH, Claudete Beise. Um Debate sobre Corpos Infantis Negros e Escola. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 3, p. e249302-e249302, 2024.

MATTOS, Ivanilde Guedes de. **Educação física e o corpo negro**. Espaço Plural, v. 7, n. 14, p. 4-7, 2006.

MATTOS, Ivanilde Guedes de; MONTEIRO, Pamela Tavares. Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e007820, 2021.

MONTEIRO, Nadson Lopes et al. **A escola antirracista**: desafios e possibilidades. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 10., 2024, Fortaleza. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/114826>. Acesso em: 18 dez. 2025.

MOREIRA, Patrícia; GRAUPE, Mareli. Pedagogia da(s) Infância(s) e a Base Nacional Comum Curricular: Percepções dos profissionais da educação infantil de Vacaria (RS). **Educ. Pesqui.**, 2025.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2.<sup>a</sup> ed. rev. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. Contribuições dos estudos culturais para o currículo da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 671-685, 2011.

NEVES, Marcos Ribeiro das; NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural de Educação Física em ação: efeitos nas representações culturais dos estudantes sobre as práticas corporais e seus representantes. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 1–19, 2020. DOI: 10.5007/2175-8042.2020e76536. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/76536>> . Acesso em: 3 maio. 2025.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. Tese (Doutorado em Psicologia) – USP, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000987809> Acesso em: 10 Jul./2025.

OLIVEIRA, Vanderlei dos Santos. **Corpo e identidade: uma abordagem cultural na Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Organização das Nações Unidas, 1948.

PAULA, Wagner; LIMA, Rita. Docência na Educação Infantil: Neoliberalismo, desumanização e adoecimento na República inacabada brasileira. **Trab. Educ. Saúde**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00230>. Acesso em: 19 out. 2025.

PORTELA, Ivalda Kimberlly Santos; SILVA, Tais Rodrigues; DOS SANTOS CARVALHO, Sebastião Carlos. Diversidade étnico-raciais e o currículo da educação física. **Revista ComCiência, uma Revista multidisciplinar**, v. 6, n. 8, p. 34-36, 2021.

RAIMUNDO, Alessandra Cristina; TERRA, Dinah Vasconcellos. Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: a história de Sophia. **Movimento**, v. 27, p. e27018, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Carla; BOEIRA, Silvana; FOLMER, Vanderlei. Currículo e educação infantil: revisão sistemática. **RBE**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n65.23238> Acesso em: 3 nov. 2025.

SANT'ANNA, Wania. Desigualdades Étnico/Raciais e de Gênero no Brasil: as revelações possíveis do IDH e do IDG. **Jornal da Rede saúde**, v. 23, p. 16-19, 2001.

SANTOS, Ana Katia Alves dos. **Infância afrodescendente**: epistemologia crítica no ensino fundamental. Salvador: EDUFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/xmlui/handle/ufba/212> Acesso em: 19 Nov./2025.

SANTOS, Kaique Ferreira et al.. **O impacto dos estereótipos raciais na construção da identidade e o papel dos princípios da dignidade, liberdade e igualdade na superação do preconceito**. Anais do I Congresso Amazônico de Pedagogia... Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/121389>>. Acesso em: 18/12/2025 13:47.

SOARES, Ademilson. Criança, infância e educação infantil: pressupostos das pesquisas. **Educar em Revista**, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/64831/0> Acesso em: 19 Nov./2025.

## APÊNDICE I– NOTA METODOLÓGICA SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Esta Nota Metodológica tem como finalidade esclarecer o uso complementar de recursos de Inteligência Artificial (IA) durante o processo de elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso. Além das fontes bibliográficas e documentais consultadas, recorri à IA, especificamente à ferramenta ChatGPT, da OpenAI como apoio para a revisão textual, aprimoramento da coerência e correção de pontuações.

O emprego da IA ocorreu de maneira ética e responsável, sem substituição da autoria acadêmica. Todas as análises, interpretações, escolhas conceituais, decisões metodológicas e construção argumentativa apresentadas neste trabalho são integralmente de minha autoria. Assim, a IA atuou exclusivamente como suporte linguístico e tecnológico, colaborando para maior clareza na comunicação, melhor fluidez textual e adequação formal da escrita, sem interferir na autonomia intelectual da pesquisa.